

LEITURA, ESTUDANTES DE LICENCIATURA E INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAIS: DADOS PRELIMINARES DE UMA PESQUISA¹

READING, UNDERGRADUATING STUDENTS AND SOCIO-ECONOMIC-CULTURAL PROFILE: PRELIMINARY DATA OF A RESEARCH

Maria Amélia Dalvi²

Universidade Federal do Espírito Santo
maria.dalvi@ufes.br

Ana Karen Costa Batista³

Universidade Federal do Espírito Santo
anakarencb@gmail.com

Tallita Braga Plaster⁴

Universidade Federal do Espírito Santo
tallitabragaplaster@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) intitulado “Leitura nas licenciaturas: espaços, materialidades e contextos na formação docente”. O PROCAD dedica-se, especificamente, à leitura de estudantes iniciantes das licenciaturas em Letras e Pedagogia; e é desenvolvido, solidariamente, pela Universidade Federal do Espírito Santo, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e pela Universidade de Passo Fundo. Na sequência, o artigo apresenta, em linhas gerais: a) o principal instrumento de produção de dados da pesquisa; e b) os primeiros dados tabulados, justamente aqueles relativos a um possível perfil sócio-econômico-cultural dos estudantes dos cursos de licenciatura em Letras e Pedagogia das instituições parceiras. A publicação destes dados atende ao cronograma do projeto de pesquisa e subsidia o entrecruzamento entre esses dados e os dados especificamente relacionados à leitura, para as reflexões em curso do grupo responsável pelo projeto.

Palavras-chave: Leitura. Perfil sócio-econômico-cultural. Licenciatura. Formação docente.

ABSTRACT

¹ Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), com início em 2014.

² Licenciada em Letras e doutora em Educação, é professora de cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Federal do Espírito Santo.

³ Licencianda em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista de Iniciação Científica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

⁴ Licencianda em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista de Iniciação Científica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

This article presents the Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) entitled “Leitura nas licenciaturas: espaços, materialidades e contextos na formação docente”. The PROCAD dedicates specifically to the reading of students who are new to the degree programs in Literature and Pedagogy; And is developed jointly by Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho and by Universidade de Passo Fundo. In the following, the article presents, in general lines: a) the main instrument of data production of the research; And b) the first tabulated data, precisely those related to students in Literature and Pedagogy degree programs and their socio-economic-cultural profile, in the institutions that are focalized. The publication of these data meets the schedule of the research project and subsidizes the interweaving between this data and the data specifically related to reading, for the ongoing responsible group reflections.

Keywords: Reading. Socio-economic-cultural profile. Teaching training. Undergraduate course.

Considerações iniciais

Este artigo apresenta o “Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD)” intitulado “Leitura nas licenciaturas: espaços, materialidades e contextos na formação docente”, desenvolvido de modo solidário pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Na discussão do programa, apresenta seu objetivo oficial declarado pela agência de fomento e sua forma de funcionamento, recupera os compromissos firmados por meio do projeto submetido originalmente e apresenta as principais dificuldades sentidas pelas equipes envolvidas até o momento.

Na sequência, o artigo apresenta e discute rapidamente o principal instrumento de produção de dados da pesquisa (a saber, um questionário padrão, formulado pelo conjunto das instituições parceiras e com perguntas abertas e fechadas, aplicado aos estudantes iniciantes das licenciaturas em Letras e Pedagogia das instituições parceiras); e os primeiros dados tabulados, justamente aqueles relativos a um possível perfil sócio-econômico-cultural dos estudantes dos cursos de licenciatura em Letras e Pedagogia das instituições parceiras.

Os indicadores de um possível perfil sócio-econômico-cultural dos estudantes, evidentemente, não são tomados como dados absolutos e que ensejariam uma relação imediata e transparente com as práticas de leitura e nem com os espaços, materialidades e contextos de formação docente inicial nos cursos de licenciatura em Letras e Pedagogia – são tão-somente um corpo a mais de dados com os quais

lidamos na consecução de nossos objetivos com o PROCAD. Contudo, em face da fundamentação teórico-metodológica inspirada por autores de distintas tradições sócio-históricas e histórico-culturais (a saber, Círculo de Bakhtin, Escola de Vigotski, Nova História Cultural), entendemos que as informações relativas às condições de vida dos sujeitos pesquisados são inarredáveis das outras considerações que venhamos a fazer sobre suas experiências e práticas como leitores em processo inicial de formação universitária.

A publicação destes dados atende ao cronograma do projeto de pesquisa, tal como aprovado pela instituição financiadora, e subsidia o entrecruzamento entre esses dados e os dados especificamente relacionados à leitura (ainda em processo de tabulamento), para as reflexões em curso do grupo responsável pelo projeto e para a viabilização de diálogos com outros estudiosos das questões que temos em foco, ainda durante o desenvolvimento do processo de pesquisa.

1. O PROCAD “Leitura nas licenciaturas: espaços, materialidades e contextos na formação docente”

O PROCAD, como política pública relacionada à pós-graduação *stricto sensu*, conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); no âmbito da Capes e do edital que o regulamenta, tem como objetivo oficial declarado:

Promover a formação de recursos humanos de alto nível, nas diversas áreas do conhecimento, através de projetos conjuntos de pesquisa de média duração. Intensificar, também, o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras, criando condições para a elevação geral da qualidade do ensino superior e da pós-graduação. (Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/procad> >. Acesso em 08 mai. 2016).

No caso específico do projeto “Leitura nas licenciaturas: espaços, materialidades e contextos na formação docente”, tratou-se de uma cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Educação do *campus* Marília da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (que conta com nota 5, relativa ao triênio 2010-2012, na avaliação geral de Programas de Pós-Graduação

da Capes, e foi a sede do projeto e que estabeleceu a coordenação geral), o Programa de Pós-Graduação em Educação do campus Presidente Prudente da mesma instituição, o Programa de Pós-Graduação em Letras e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo e, enfim, o Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (que contam todos com notas 4, relativas ao triênio 2010-2012, na avaliação geral de Programas de Pós-Graduação da Capes). Ou seja: a ideia é de que, em diálogo com a instituição e programa sede e pela cooperação solidária, os Programas parceiros condições de elevar sua qualidade, pela consolidação de suas equipes.

O funcionamento do PROCAD, de acordo com a Capes, é o seguinte:

Os projetos serão apoiados por meio do financiamento de missões de estudo, missões de docência e pesquisa e estágio pós-doutoral. As missões devem ser planejadas de modo a assegurar a implementação das ações necessárias, destinadas a facilitar e possibilitar a interação entre as equipes, consolidando, desse modo, as redes de cooperação. (Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/procad> >. Acesso em 08 mai. 2016).

O calendário oficial de efetivação do projeto intitulado “Leitura nas licenciaturas: espaços, materialidades e contextos na formação docente” é de 2014 a 2018, embora, de fato, só tenha se iniciado em 2015, haja vista a demora, por parte da Capes, para a assinatura do termo de outorga e para a liberação dos recursos previstos para o início do projeto. No entanto, as atividades descritas na página da Capes como inerentes ao funcionamento do PROCAD estão ocorrendo, mesmo antes da outorga e liberação de recursos oficiais, com custeio por parte dos próprios pesquisadores e/ou de suas instituições de trabalho.

1.1 Recuperação do projeto de autoria coletiva submetido à Capes

Recuperamos, nas linhas abaixo, o projeto escrito coletivamente pelas coordenadoras geral (Cyntia Graziella Giroto – UNESP Marília) e locais (Fabiane Verardi Burlamaque – UPF; Maria Amélia Dalvi – UFES; e Renata Junqueira de Souza – UNESP Presidente Prudente) e submetido originalmente, em 2013, à Capes, a fim de contextualizarmos o projeto macro e os dados preliminares que apresentamos neste artigo (PROJETO, 2013).

De acordo com o projeto coletivo, trata-se de uma pesquisa de natureza interdisciplinar (Educação e Letras), com duração prevista de 48 meses, cuja temática estruturante é a leitura na formação docente nas licenciaturas em Letras e Pedagogia. As concepções de leitura agenciadas nas diferentes instituições cooperadas são vinculadas por concepções, noções e contribuições de autores díspares, todas elas atravessadas pela noção de leitura como atividade situada cultural, histórica, política e socialmente. A saber, o projeto macro, em face das especificidades de cada equipe local, articula, principalmente:

a) os Estudos da Cultura Escrita, da Cultura Material e da Cultura Escolar, bem como os estudos da História do Livro e da Leitura e da Sociologia da Leitura, vinculados pela História Cultural, pelo indiciarismo e por seus leitores críticos;

b) a Psicologia Sócio-Histórica, a partir das contribuições e desdobramentos do pensamento de Lev Vigotski e seus críticos e continuadores, e os Estudos Enunciativo-Discursivos e a Filosofia da Linguagem, inaugurados pelas contribuições do Círculo de Mikhail Bakhtin e seus leitores críticos; e

c) a Fenomenologia da Percepção, consignada pelas contribuições da Estética da Recepção, da Teoria do Efeito Estético e seus leitores críticos. Essa riqueza de pontos de vista e perspectivas, certamente, tem a vantagem de movimentar os debates e de ensejar respostas menos óbvias às grandes questões de investigação.

Frente às possibilidades e desafios postos pelos contextos de atuação das equipes integradas em seus respectivos lócus de atuação, o PROCAD proposto em 2013 e aprovado em 2014 tem como objetivo principal atender a pelo menos duas das demandas postas pela Capes para os Programas de Pós-Graduação (PPG) no País nos próximos quadriênio: a) dedicarem-se à quantificação e qualificação das contribuições à Educação Básica, seja em nível local, regional ou nacional; e b) realizarem projetos interdisciplinares que contribuam para o avanço e divulgação do conhecimento acadêmico-científico em áreas de relevância social, como é o caso da leitura e da formação docente.

A partir da ação cooperada e solidária, o PROCAD de que as autoras participam teve como objetivo, ainda de acordo com o projeto submetido e aprovado:

a) estimular a interação científico-acadêmica de modo a constituir redes permanentes de cooperação, a partir da mobilidade de docentes e discentes de graduação e pós-graduação, com foco nos desafios postos pela educação básica e

pela interdisciplinaridade; e b) consolidar os PPG's envolvidos, que ainda não atingiram notas 4 ou 5, na avaliação da Capes, e/ou ainda não implementaram ou formaram suas primeiras turmas de doutorado e ajudá-los a qualificar os cursos de graduação com que se relacionam.

De acordo com o projeto geral submetido à Capes, cumprindo esses dois objetivos, espera-se, como desdobramentos: a) a criação ou consolidação de novas linhas de pesquisa dentro dos PPG's participantes da cooperação, que priorizem a leitura e a formação docente, contribuindo, a médio prazo, para a melhoria da educação básica e, subsidiariamente, do ensino superior; b) o avanço do equilíbrio regional da pós-graduação brasileira, em especial atentando a programas que, embora situados em regiões privilegiadas do país pelo grande número de PPG's em áreas correlatas, não usufruem das mesmas condições de trabalho e ação e nem a mesma projeção e visibilidade de grandes programas, de projeção internacional; c) a ampliação e diversificação da formação de licenciandos, mestres e doutores, inserindo-os em grupos de pesquisa já constituídos com projetos de robustez intelectual e acadêmica e, portanto, com alto fator de impacto; d) o fomento e disseminação da produção científico-acadêmica, a partir da proposição de dossiês em periódicos, da organização de livros, da publicação de obras autorais e de anais de eventos vinculados ao projeto. Ou seja, vê-se que o PROCAD, para além do objetivo temático imediato, apresenta, ao menos do ponto de vista discursivo, amplas possibilidades e desdobramentos com impactos sociais significativos.

1.2 Problemas e dificuldades na execução do projeto até o presente

Apesar de o PROCAD apresentar, ao menos do ponto de vista discursivo, amplas possibilidades e desdobramentos com impactos sociais significativos em âmbito local e nacional, as pesquisadoras que coordenam o projeto e as equipes institucionais se depararam com problemas bastante difíceis na implementação do projeto. Entre eles, por exemplo, o já mencionado atraso na assinatura dos termos de outorga; o atraso de muitos meses na liberação da contratação inicial de bolsistas de Iniciação Científica e de bolsistas de pós-doutoramento; o atraso de cerca de um ano na liberação da primeira etapa de recursos; o corte substancial na primeira remessa em face do originalmente aprovado; a consequente dificuldade de custear

as missões de estudo e os encontros das equipes locais; e, por fim, o engessamento das rubricas – com a impossibilidade, por exemplo, de contratação de pessoal para tabelamento de dados (no caso particular do tabelamento do questionário que será apresentado a seguir, as instituições parcerias tiveram que, solidariamente, custear o pagamento da técnica que operou o software que reuniu e planilhou os dados).

Um desdobramento decorrente da questão da demora para a outorga do contrato e para a liberação dos recursos é que estudantes de graduação, mestrado e doutorado que participaram do desenho do projeto tal como fora apresentado à agência de fomento e que haviam se comprometido em trabalhar com a pesquisa e seus dados acabaram se formando ou chegando perto da formatura enquanto aguardavam todo esse desdobramento burocrático. Isso fez com que as equipes locais tivessem que ser totalmente ou parcialmente modificadas, o que implica em grandes “atrasos”, haja vista a dificuldade de apresentar todo o projeto novamente e de ter que reiniciar a apropriação conjunta dos marcos teórico-metodológicos da pesquisa.

Outro desdobramento, esse de cunho subjetivo mas com impactos objetivos, foi o fato de os professores de cada equipe local (pois, no caso particular da UFES, por exemplo, além da coordenadora geral, havia ainda três outros docentes cadastrados na equipe), em meio à demora e incerteza na liberação dos recursos e ao receio de que o PROCAD não viesse efetivamente a acontecer, terem se visto obrigados a se comprometer com outros projetos de pesquisa, dada a impossibilidade institucional de se manterem na pós-graduação sem projetos financiados em efetivo e pleno desenvolvimento.

Por fim, uma última dificuldade sentida pelas equipes locais e pela equipe geral – afora àquelas inerentes ao tema, aos dados, às orientações teórico-metodológicas e às relações interpessoais – foi a questão da comunicação, pois nem sempre há disponíveis nas instituições salas de webconferência para a realização de reuniões por meio das novas tecnologias de comunicação e nem sempre há pessoal técnico para dar suporte às dificuldades de docentes e alunos.

Desse modo, parece ficar suficientemente claro que, embora do ponto de vista oficial o discurso em defesa da qualidade da pós-graduação e a política de indução à parceria entre ensino superior e educação básica estejam bastante evidentes, as condições objetivas de trabalho dos envolvidos, que seriam indiciadas por meio do efetivo investimento público e da seriedade oficial no trato com a coisa,

ainda deixam a desejar, em face daquilo que se almeja – mesmo que um projeto relevante como o nosso tenha sido um dos poucos aprovados naquele edital na área de Ciências Humanas (em disputa sensivelmente desigual com as chamadas “Ciências Duras”) e, portanto, conte com a chancela legítima (tanto do ponto de vista da área, quanto do ponto de vista do poder público) para sua efetivação.

2. O instrumento para a produção de dados e os dados produzidos

Como já anunciado, o principal instrumento de produção dos dados é um questionário composto de questões abertas e fechadas, que procurou levar em conta orientações hauridas em Manzato e Santos (2016 [s. d.]), Chaer et al. (2011), sob inspiração das observações disponíveis em Bogdan e Biklen (1994). Esse questionário foi produzido pelo coletivo dos grupos de pesquisa, tendo como norte orientador os objetivos gerais e específicos do projeto.

2.1 A sistemática de produção do instrumento

Cada instituição, por meio de suas coordenações locais, propôs um certo número de questões por eixo, aproveitando experiências anteriores; na discussão coletiva, as questões foram redesenhadas para atender às necessidades presentes. Depois, essa versão inicial foi lida no interior das equipes locais, que foram ainda mais uma vez apresentando sugestões.

Na primeira versão fechada do instrumento, após essa rodada de leituras críticas feitas pelas equipes locais, foi aplicado em versão-piloto a um grupo de estudantes de graduação e, a partir das dificuldades no preenchimento e no tabelamento e do *feedback* oral posterior dos respondentes e dos aplicadores, foi revisto e fechado em sua versão definitiva como instrumento da pesquisa em curso por meio do PROCAD.

Nós procuramos levar em conta, na confecção do instrumento, que ele nos possibilitasse produzir dados tanto da dimensão social e coletiva, quando da dimensão pessoal, individual – e que ele nos possibilitasse tanto conhecer as realidades materiais objetivas quanto os aspectos subjetivos implicados na leitura no

contexto das formações docentes iniciais nos cursos de Letras e Pedagogia das instituições parceiras.

2.2 A versão definitiva do instrumento, sua aplicação e seu tabulamento

Na versão definitiva como instrumento da pesquisa, o questionário foi dividido nos seguintes eixos: “Perfil pessoal”, questões 1 a 21; “Leituras habituais”, questões 22 a 37; “Suportes, frequência e tempo de leitura”, questões 38 a 50; “Espaços e disposições físicas de leitura”, questões 51 a 56; “Dimensões valorizadas na leitura e Preferências de leitura”, questões 57 a 60; “Papel das instituições e mediadores de leitura”, questões 61 a 64; “Táticas e estratégias de leitura”, questões 65 a 85. É com o conjunto de dados produzidos no primeiro eixo, “Perfil pessoal”, que trabalhamos neste artigo.

A aplicação do instrumento foi feita em versão impressa, por meio da cessão de uma hora de aula de professores atuantes no primeiro semestre de graduação dos cursos de Letras e Pedagogia das instituições parceiras. A equipe local em cada instituição apresentou o projeto ao colegiado dos cursos e aos docentes e foi autorizada a aplicar o instrumento em horário regular de aula. Nós originalmente pensávamos em realizar a aplicação de versão digital, no entanto, as diferenças institucionais no tocante à disponibilidade de equipamento e de estabilidade da rede de Internet, além da dificuldade quanto à constituição de um banco de dados eletrônico, nos fizeram entender que era melhor a aplicação impressa, por questões logísticas e de segurança.

Posteriormente, os questionários foram escaneados um a um, página a página, e enviados à coordenação central, situada em Marília (SP). A coordenação central reuniu todos os questionários e os entregou à profissional contratada para inserir os dados no software de tabulamento de dados e para lidar com os erros e problemas nesse processo.

2.2.1 Os sujeitos da pesquisa e respondentes ao instrumento

Dos sujeitos pesquisados duzentos e vinte e um (221), 48,6% dos respondentes, ingressaram no curso de Letras, enquanto duzentos e trinta e três (233), 51,2%, estão cursando a graduação em Pedagogia. Apenas um sujeito não respondeu à questão.

O maior quantitativo de estudantes, duzentos e sessenta e cinco (265), 58,2%, realizam a graduação na Universidade Estadual Paulista (UNESP), distribuídos nos dois *campi* participantes da pesquisa, o campus de Marília e de Presidente Prudente e também no *campus* de Assis, para onde o corpo de pesquisadores se deslocou a fim de aplicar o instrumento, visto se tratar do maior quantitativo de estudantes da instituição na graduação em Letras. Logo após, o segundo maior número de estudantes, cento e três (103), 22,6%, realizam o curso na Universidade de Passo Fundo (UPF). Finalmente, oitenta e seis (86), 18,9% dos respondentes, cursam a graduação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); um dos sujeitos deixou essa questão em branco.

2.3 Os dados tabulados: as questões gerais

As primeiras perguntas do questionário buscavam caracterizar o perfil pessoal dos respondentes, detalhando melhor os dados apresentados em 2.2.1.

2.3.1 Idade, gênero e renda familiar per capita

No que diz respeito à idade dos graduandos, entre os quatrocentos e cinquenta e cinco (455) indivíduos participantes, as respostas mais expressivas foram “até 18 anos”, com duzentos e nove (209) ocorrências – o equivalente a 45,9% –, e “entre 19 e 23 anos”, com cento e quarenta e seis (146) ocorrências, ou seja, 32,1%. A soma das porcentagens representativas das frequências de respostas nessas duas opções corresponde a 78% do total de respostas. Os outros 22% estão distribuídos em 8 grupos: “entre 24 e 28 anos”, com 11,2%, “entre 29 e 33 anos”, com 4,6%, “entre 34 e 38 anos”, com 2%, “entre 39 e 43 anos”, com 1,8%, “entre 44 e 48 anos”, com 1,3%, “entre 49 e 53 anos”, com 0,2%, “entre 54 e 58 anos”, com 0,2% e 0,7% corresponde às respostas que foram deixadas em branco.

Não houve nenhuma ocorrência de resposta “a partir de 59 anos”. Nota-se que as licenciaturas analisadas nas universidades que fazem parte da pesquisa seguem a tendência geral dos cursos superiores de comportar, em quase sua totalidade, alunos jovens que saem do ensino médio e ingressam no nível superior.

Os dados apontam para outra tendência muito abordada nos estudos sobre as licenciaturas no Brasil: a maioria feminina (ALMEIDA, 1996; BRUSCHINI; AMADO, 1988; DEMARTINI, ANTUNES, 1993; FREITAS, 2000; LOURO, 1997). A resposta “feminino” para a pergunta sobre o gênero apareceu trezentas e setenta e cinco (375) vezes – 82,4% – e “masculino” apareceu setenta e uma (71) vezes – 15,6% –. Do total, 9 respostas ficaram em branco, o correspondente a 2%. É importante esclarecer que o instrumento previa as opções “masculino”, “feminino”, “trans” e “outro”, mas essas duas últimas opções não foram marcadas por nenhum dos respondentes.

A questão sobre a existência ou não de necessidades especiais foi composta por parte objetiva, “sim” ou “não”, e parte discursiva, o “qual?”, caso o “sim” fosse marcado. De tal maneira, quatrocentos e quarenta e três (443) indivíduos responderam “não” – 97,4% – e dez (10) responderam “sim”, isto é, 2,2%. Os que não responderam correspondem a 0,4%. Entre os 2,2% de alunos que responderam “sim”, a maior ocorrência de resposta para a pergunta “qual?” foi “visual”, com 3 respostas e o equivalente a 0,7%. Exceto 2 pessoas que haviam marcado “sim” e não responderam “qual?” e 1 que deu uma resposta incompreensível (“toda”), as demais respostas têm relação com a resposta “visual” (miopia, miopia e astigmatismo, problema de vista, uso óculos). Entretanto, a maioria das respostas não se configura exatamente como necessidade especial, salvo o caso de algum seríssimo problema visual que impeça ou dificulte muito os processos de leitura, o que não foi possível identificar com êxito através das respostas fornecidas.

Sobre a renda mensal familiar dividida pelo número de pessoas que dela usufruem, sete (7) eram as opções de resposta e todas obtiveram pelo menos uma ocorrência. “Até meio salário mínimo por pessoa” corresponde a 25,3% do total – cento e quinze (115) indivíduos –, “acima de meio salário mínimo até o limite de dois salários mínimos por pessoa” obteve 38,5% das respostas – cento e setenta e cinco (175) pessoas –, “acima de dois salários mínimos até o limite de cinco salários mínimos por pessoa” recebeu 19,8% das respostas – noventa (90) pessoas –, “acima de cinco salários mínimos até o limite de oito salário mínimos por pessoa”

equivale a 5,1% – vinte e três (23) indivíduos –, “acima de oito salários mínimos até o limite de dez salários mínimos por pessoa” corresponde a 0,9% – quatro (4) pessoas –, “acima de dez salários mínimos por pessoa” recebeu 0,4% das respostas – duas (2) pessoas – e “não sei” obteve 9,5% – quarenta e três (43) indivíduos –. Foram encontradas três (3) respostas em branco, isto é, 0,7% do total.

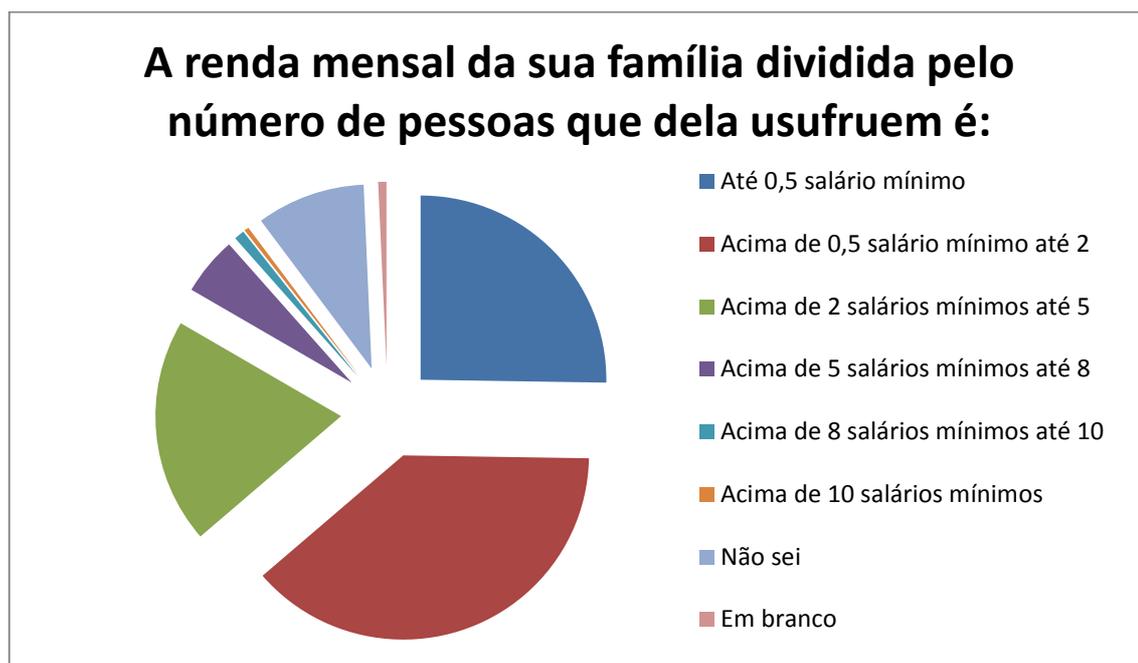


Gráfico 1: Distribuição dos sujeitos da pesquisa por faixa de rendimento mensal

Esses dados quantitativos (63% vivem na faixa até dois salários mínimos) nos mostram um perfil de estudantes majoritariamente provenientes de classes socioeconômicas que vivem do trabalho assalariado na condição de proletariado (ou seja: não coincidente com as ditas camadas médias), tal como aponta o relatório GESTRADO sobre a questão (Disponível em: < <http://www.gestrado.net.br/pdf/350.pdf> >. Acesso em 08 mai. 2016); portanto, nossos dados parecem confirmar um processo que os estudiosos apontam como tendo se agravado na ditadura militar brasileira, a saber, a chamada “proletarização” do professor (FERREIRA JR., BITTAR, 2006; HIRO, 2017). Esse processo tem agravado o empobrecimento econômico e social, com inequívocos desdobramentos culturais e políticos para os trabalhadores da educação básica, a despeito de

quaisquer reservas que se possa ter em relação às fontes citadas, às nomenclaturas adotadas e aos desdobramentos da concepção de proletarização.

A despeito da efetiva “proletarização” dos professores da educação básica por meio do achatamento salarial e da progressiva perda de autonomia (conforme indicam as fontes bibliográficas citadas), é importante atentar que a própria concepção do questionário, ao estruturar a questão por meio das variáveis “salário mensal” e número de salários mínimos já indicia, internamente, sua própria questão de classe, pois parte do princípio de que lida majoritariamente com trabalhadores assalariados e que sabem quanto é, atualmente, o salário mínimo, podendo dimensionar sua renda familiar por meio desses indicadores.

2.3.2 Indicadores socioculturais: formação dos pais e responsáveis, língua materna, presença do computador e do livro físico

O incentivo à leitura na infância pode criar bons e assíduos leitores no futuro. Esse incentivo comumente vem do próprio círculo familiar: pais, mães e responsáveis, e a escolarização deles na época em que os filhos ou tutelados são crianças pode interferir na forma como a leitura e a literatura os alcança, já que, de forma geral, pessoas mais escolarizadas têm mais acessos aos livros, aos conhecimentos e aos meios acadêmicos e institucionalizados. A pergunta sobre a escolarização familiar na época da infância dos respondentes, portanto, é importante para o perfil que tentamos traçar do graduando iniciante dos cursos de licenciaturas em Pedagogia e em Letras, já que a família é fonte primária de influência e transmissão de valores e saberes.

A maior parte das respostas consoantes à escolarização dos pais ou responsáveis na infância, 24,8%, corresponde à opção “ensino médio completo”. Em seguida aparece “ensino fundamental incompleto”, com 23,3% e “ensino superior completo”, com 16%. Com 12,3% do total de respostas está “ensino fundamental completo”, “ensino médio incompleto” com 9,2%, “pós-graduação completa” com 5,5%, “ensino superior incompleto” com 4%, “eram analfabetos ou semialfabetizados” com 3,1% e “não sei” com 1,3%. Duas (2) pessoas não responderam a essa questão e representam 0,4% do total.

Nota-se que, apesar da maioria das respostas corresponderem a “ensino médio completo”, um número expressivo (16%) de pais, mães, responsáveis ou pessoas importantes na criação dos alunos haviam completado o ensino superior há cerca de 10 anos atrás, quando seus filhos ainda eram crianças. Esse dado isoladamente talvez não seja grandemente significativo, no entanto, em conjunto com outros, mostra uma ampliação do tempo de escolarização médio dos brasileiros e mostra que as políticas de acesso a renda e trabalho, nos anos 2000, podem ter permitido maior acesso ao ensino superior às classes baixas e média-baixa. Porém, procurando raciocinar dialeticamente, esse aumento no tempo de escolarização com expressivo ingresso no ensino superior por parte dos pais ou responsáveis dos sujeitos da pesquisa não se traduziu efetivamente em melhoria de renda que permitisse o ingresso efetivo e pleno nas “classes médias”, ou seja, aquelas condições de vida, que se traduzem em padrões de consumo, próprias das classicamente chamadas profissões liberais (médicos, advogados, engenheiros etc.).

Em relação à língua materna/primeira língua, quatro (4) são as possíveis respostas: português, libras, língua indígena brasileira e outra (com espaço em branco para ser preenchido). O expressivo número de quatrocentos e cinquenta e três (453) indivíduos, equivalente a 99,6% das respostas, marcou a opção “português”. Uma (1) pessoa respondeu “outra”, uma (1) pessoa não respondeu e não houve ocorrências para “libras”. A única resposta para “outra” foi “alemã”. Como a pesquisa é um trabalho realizado em conjunto por três universidades, a UFES, em Vitória, no Espírito Santo, a UNESP, nas cidades de Marília e Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, e a UPF, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, a resposta língua alemã como língua materna não causa estranhamento, já que o Rio Grande do Sul possui grandes centros de povos com descendência alemã que falam fluentemente e se comunicam através do idioma alemão, assim como acontece no Espírito Santo, particularmente na região de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Domingos Martins etc.

A religião faz parte da construção social de uma comunidade e, como tal, faz parte, também, da construção de leitores, como mostra o estudo de Azevedo (2007). Leituras e interpretações de trechos dos livros sagrados são feitas diariamente, seja em casa, nas igrejas, nos locais de encontro, nos grupos de oração, na casa de amigos e familiares etc., mas, devido à importância sobretudo moral e sacra dos

livros religiosos, esses processos muitas vezes não são vistos como literários ou de leitura. Entendendo a religião como responsável pelo incentivo ao contato de seus adeptos com os manuscritos que regem suas doutrinas, quando eles existem em formato escrito, é objetivo das duas questões sobre religião do questionário entender se de fato há relação entre leitura e religião. Em “você pratica/é adepto a alguma religião?”, trezentas e cinquenta e três (353) pessoas responderam “sim” – 77,6% – e noventa e cinco (95) pessoas responderam “não” – 20,9% –. Sete (7) foram os questionários sem resposta para essa pergunta, o que equivale a 1,5% do total.

Os participantes que marcaram “sim” deveriam responder à pergunta “qual?” em seguida. Por ser, então, uma questão aberta, surgiram muitas respostas e com elas vários problemas: as pessoas utilizaram nomenclaturas diferentes para determinar a mesma religião, citaram nomes que não são abarcados pelo termo religião, nomearam igrejas, entre outros. Dessa maneira, fica destacado, numa primeira análise, que das trezentas e cinquenta e três (353) pessoas que afirmaram ter religião, cento e noventa e seis (196) denominam-se católicos, sessenta e oito (68) evangélicos e vinte e duas (22) não responderam. Esses foram os números de maior expressividade. No que diz respeito à relação da leitura com a religião, na pergunta sobre a leitura religiosa frequente, duzentas e vinte e sete (227) indivíduos responderam “sim” – 49,9% –, cento e noventa e cinco (195) responderam “não” – 42,9% – e trinta e três (33) pessoas não responderam – 7,3% –. Os dados mostram que, se a relação existe, ela não foi possível de ser capturada pelo instrumento, tal como julgamos que ocorreria, com base nas referências bibliográfica sobre o tema já existentes.

A leitura se transformou com a transformação do mundo globalizado e tecnológico, e, atualmente, existem diversas formas de ler que não exigem a presença de um livro impresso. A presença do computador e da Internet em casa muda a relação dos leitores com os seus objetos de leitura e facilita o acesso e busca. Sobre isso, quatrocentas e três (403) pessoas – 88,6% – responderam “sim” à pergunta “você tem computador com Internet em casa?”. Quarenta e nove (49) – 10,8% – marcaram “não” e três (3) pessoas não responderam, o que equivale a 0,7%. Apesar da maioria “sim” ser a resposta esperada, a quantidade de respostas “não” merece destaque: aproximadamente 10% dos entrevistados não possuem computador com Internet em casa no ano de 2015 (quando o questionário foi aplicado).

Apesar das frequentes profecias sobre a “morte” do livro, ele, em sua forma impressa e física, continua sendo porta de entrada para novos leitores e preferência dos antigos. Os participantes foram questionados sobre a quantidade aproximada de livros impressos que tinham em casa e a porcentagem de respostas mais expressiva foi “até 20 livros”, com 42,4%. Em seguida aparece “de 20 a 50”, com 23,5%, “de 50 a 100”, com 18,9%, “de 100 a 500” com 7,3%, “não tenho”, com 5,5% e “acima de 500”, com 1,8%. Três (3) estudantes não responderam à essa pergunta, totalizando 0,7%. Nota-se que um número razoável (5,5%) de estudantes de cursos de licenciatura diretamente vinculados à prática de leitura, Letras e Pedagogia, que não possuem livros impressos em casa e a grande maioria (42,4%) possuem até 20 – isso parece confirmar os dados apresentados no item 2.3.1 deste artigo e as referências bibliográficas nas quais nos embasamos para pensar a questão.

2.4 Os dados tabulados: as questões sobre a escolarização básica e o ensino superior

É sabido que diversos são os fatores que influenciam as condições de permanência e de qualidade de aprendizagem na universidade. Uma questão que pode afetar diretamente as práticas de leitura dos ingressantes no curso é a distância de suas moradias em relação à universidade. Por isso, buscamos obter informações sobre a moradia desses estudantes, questionando-os sobre a cidade em que vivem e qual a distância aproximada entre de suas residências e a Universidade.

Questionados sobre a cidade em que estudam, do total de respondentes, cento e dezoito (118), 25,9%, assinalam que moram na cidade de Assis (São Paulo); setenta e sete (77) 16,9% residem em Marília (São Paulo) e sessenta e nove (69) 15,2% em Presidente Prudente (São Paulo). No município de Passo Fundo (Rio Grande do Sul), residem cento e dois (102), 22,4%, dos respondentes, enquanto na cidade de Vitória (Espírito Santo) esse quantitativo é de oitenta e seis (86), 18,9% dos respondentes. Três questionários foram deixados em branco.

A maioria dos estudantes, cento e vinte (120), 26,4%, moram a uma distância entre cinco (5) e vinte (20) km da Universidade; um número muito aproximado, cento e dezesseis (116), 25,5%, moram a uma distância de vinte e um (21) e

cinquenta (50) km da Universidade. Noventa e nove (99), 21,8 %, assinalam que moram no *campus* ou até cinco (5) km de distância da Universidade. Em seguida, vemos que sessenta e quatro (64), 14,1%, moram a uma distância entre cinquenta e um (51) e cem (100) km, seguido de cinquenta (50), 11,0%, dos estudantes que moram a uma distância acima de cem (100) km. Seis (6), 1,3%, dos respondentes decidiram não responder a essa questão. O gráfico a seguir auxilia a visualização das respostas dos estudantes em relação à distância entre a moradia e a Universidade que frequentam.

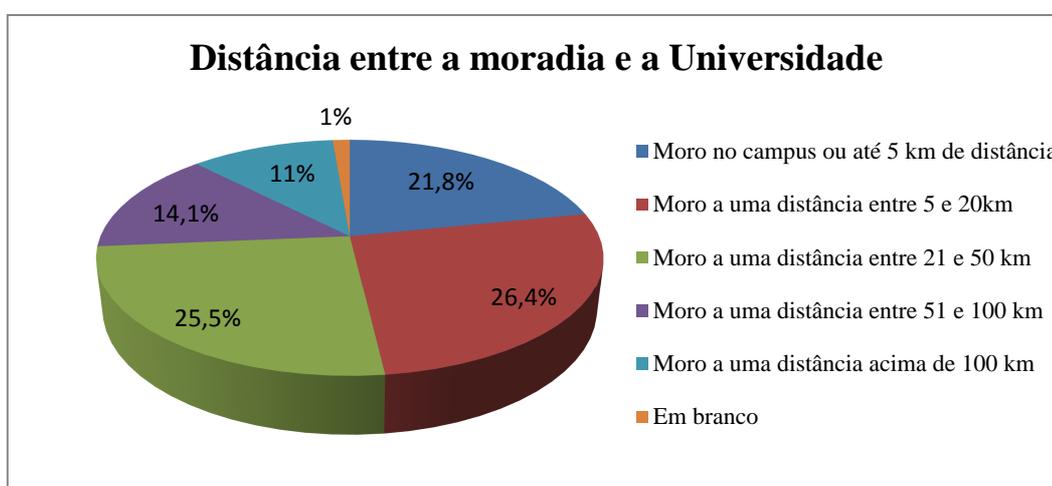


Gráfico 2: Distância entre a moradia e a Universidade

Realizando o somatório de estudantes que moram a uma distância a partir ou superior a vinte e um (21) km, esse quantitativo chega a 50,6% do total de respondentes, ou seja uma grande porcentagem dos estudantes residem muito distantes das universidades em que estudam. A situação de estudantes que moram a longas distâncias pode corresponder a situações divergentes. Tanto pode representar muitas horas de leitura para aqueles que aproveitam o momento da condução para realizá-las, tanto pode significar horas perdidas durante um longo trajeto, para aqueles que preferem ou não se sentem confortáveis ao ler durante o percurso de locomoção. Além disso, essa questão pode influenciar também a vida acadêmica desses licenciandos, pois dificulta a participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão, atividades artístico-culturais, além da vivência universitária, espaços esses de grande potência na complementação da formação acadêmica e pessoal.

Para traçar o perfil dos ingressantes nos cursos de Letras e Pedagogia, foram desenvolvidas questões visando entender o percurso de formação dos sujeitos, tanto na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), quanto na Educação Superior. Em relação à frequência na Educação Infantil (Pré-escola), trezentos e noventa e oito (398), 87,5%, afirmam que frequentaram essa etapa de ensino. Cinquenta e três (53), 11,6%, revelam que não frequentaram e três (3), 0,7%, não souberam responder. Um questionário foi deixado em branco nesse item.

Os dados nos mostram que boa parte dos sujeitos da pesquisa (87,5%) tiveram acesso à Educação Infantil (EI), confirmando a expansão da EI nos últimos anos no Brasil, resultado de luta dos movimentos sociais, entidades, fóruns e campanhas. A ampliação da EI é um importante marco para a consolidação do direito à educação de crianças de 0 a 6 anos garantido pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Questionados sobre o Ensino Fundamental, trezentos e cinquenta e sete (357), 78,5%, dos respondentes frequentaram a Rede Pública de Ensino, enquanto noventa e sete (97) 21,3% realizaram o Ensino Fundamental em Rede Privada. Um questionário foi deixado em branco nesse item. No Ensino Médio a mudança é muito pequena, tendo frequentado a Rede Pública de Ensino trezentos e cinquenta e oito (358), 78,7%, e a Rede Privada noventa e quatro (94), 20,7%. Apenas um (1) 0,2% dos sujeitos frequentou ambas as redes. Dois (2), 0,4%, dos questionários foram deixados em branco. O gráfico 3 sistematiza os dados apresentados.

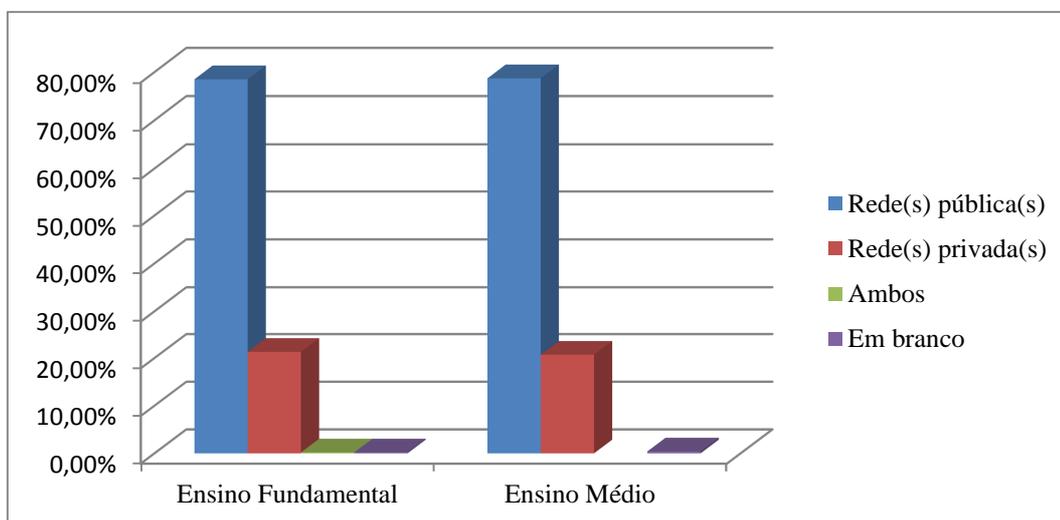


Gráfico 3: Distribuição dos sujeitos de pesquisa pela escolarização fundamental e média pública e privada

Percebemos que a grande maioria dos ingressantes nos cursos de Letras e Pedagogia são advindos de Redes Públicas de Ensino. Esse dado converge com diversas pesquisas realizadas sobre o perfil dos estudantes de licenciaturas no Brasil, e, principalmente, confirma a efetividade da lei que determinou a reserva de vagas no ensino superior público aos egressos das redes públicas de educação básica (Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/11/image.jpeg/view> >. Acesso em 07 mai. 2016).

Sobre a etapa de ensino do Ensino Médio, obtivemos o dado de que quatrocentos e quatorze (414), 91,0%, dos estudantes realizaram o Ensino Médio Regular, enquanto quarenta (40), 8,8%, realizaram o Ensino Médio na modalidade de curso técnico. Um (1) ingressante preferiu não responder essa questão.

Questionamos os estudantes que fizeram o Ensino Médio integrado, qual o curso técnico realizado. Esses dados foram obtidos através de questão aberta, aparecendo assim, como respostas mais comuns, doze vezes o curso de Administração, onze vezes o curso de Magistério, duas vezes o curso de Agropecuária, duas vezes o curso de Contabilidade, três vezes o curso de Informática e duas vezes o curso de Mecânica. Isso mostra que o percurso formativo desses sujeitos, em sua maioria, à exceção daqueles que indicaram o curso de Magistério como formação média integrada, não estava inclinado desde a educação básica à docência, menos ainda nas áreas de Letras e Pedagogia. As demais respostas estão detalhadas apresentadas no Quadro 1, abaixo.

Ensino Médio Integrado ao Técnico em...	Ocorrências
Administração	12
Agropecuária	2
Contabilidade	2
Edificações	1
Elétrica	1
Eletrônica	1
Enfermagem	1
Gestão Empresarial	1
Informática	3
Magistério	11
Mecânica	2
Meio ambiente	1

Química	1
Supletivo	1

Quadro 1: Ocorrência dos cursos técnicos integrados/concomitantes ao ensino médio

Com o intuito de saber se alguma parcela desses estudantes realizou seus estudos básicos por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o antigo “Supletivo”, levantamos essa questão. Obtivemos o dado de que apenas onze (11), 2,4%, desses estudantes realizaram parte ou todo o Ensino Médio nessa modalidade de Ensino. Cinco (5), 1,1%, desses estudantes assinalaram a opção que indica que realizaram parte ou todo o Ensino Fundamental e parte ou todo o Ensino Médio através da EJA. A grande maioria, quatrocentos e vinte e nove (429), 94,3%, realizaram seus estudos básicos no Ensino Regular. Dez (10), 2,2%, dos ingressantes não responderam essa questão.

Embora o dado sobre a ausência de respostas não seja quantitativamente relevante (2,2%), por ser quase empatado com o número daqueles que afirmam ter completado seus estudos por meio da EJA, talvez seja interessante apontar que possivelmente muitos desses sujeitos que se eximiram de responder tenham realizado seus estudos por essa modalidade, mas, devido ao desprestígio, infelizmente, ainda hoje vigente em relação à EJA, tenham evitado informá-lo, possivelmente temendo o modo como seriam vistos pelos pesquisadores e/ou por suas instituições.

Em relação ao Ensino Superior, quatrocentos e vinte e sete (427), 93,8%, dos respondentes nunca fizeram outra graduação. Os estudantes que já realizaram outro curso superior completo foram vinte e quatro (24) 5,3% dos respondentes. Quatro (4) 0,9% dos sujeitos deixaram esse item em branco.

Os dados a respeito dos cursos já realizados foram obtidos através de questão aberta, aparecendo assim apenas uma vez os cursos de Administração, Agronegócio, Análise de Sistemas, Ciências Biológicas, Educação Artística, Educação Física, Estética e Cosmética, Filosofia, Jornalismo, Letras, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Música, Magistério, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda e Tecnologia em Alimentos. Duas vezes o curso de Design Gráfico e três vezes o curso de Direito, conforme podemos perceber por meio do Quadro 2, abaixo – o que mostra uma coerência com a permanência na grande área de Ciências Humanas e de Linguística, Letras e Artes.

Outro Curso superior	n
Administração	1
Agronegócio	1
Análise de Sistemas	1
Ciências Biológicas	1
Design Gráfico	2
Direito	3
Educação Artística	1
Educação Física	2
Estética e Cosmética	1
Filosofia	1
Jornalismo	1
Letras	1
Licenciatura em Música	1
Magistério Superior	1
Pedagogia	1
Psicologia	1
Publicidade e Propaganda	1
Tecnologia em Alimentos	1

Quadro 2: Ocorrência de cursos de graduação prévia entre os sujeitos da pesquisa

Considerações finais

Por meio da recuperação de informações sobre o PROCAD como política pública e como projeto em desenvolvimento entre UFES, Unesp e UPF; de apresentação dos problemas e dificuldades até aqui; de sistematização do processo de produção do principal instrumento da pesquisa, sua aplicação e seu tabelamento; e, enfim, por meio da análise dos dados da pesquisa é possível perceber que nossos sujeitos de pesquisa não destoam, em larga escala, do que pesquisas sobre o perfil dos professores formados e em formação no Brasil vêm apontando. No entanto, trazemos alguns dados e achados inovadores, principalmente no que diz respeito da dimensão cultural desse perfil.

Referências

- ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. In: **Cadernos de Pesquisa** (São Paulo), n. 96, p. 71-78, fev., 1996.
- AZEVEDO, Daniela Medeiros de. **Práticas de leitura em religião**: a articulação entre o consumo da palavra e a produção de sujeitos leitores. Dissertação de mestrado (Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei de cotas reserva 50% das vagas a egressos da rede pública**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/11/image.jpeg/view> >. Acesso em 07 mai. 2016.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação. In: **Cadernos de Pesquisa** (São Paulo), n. 64, p. 4-13, fev., 1988.

CHAER, Galdino et al. A técnica do questionário na pesquisa educacional. In: **Evidência** (Araxá), v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

DEMARTINI, Z; ANTUNES, F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. In: **Cadernos de Pesquisa** (São Paulo), n. 86, p. 5-14, ago. 1993.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. In: **Educação e Sociedade** (Campinas), vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

FREITAS, M. T. de A. (Org.). **Memória de Professoras**: História e Histórias. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

FUNDAÇÃO Capes. **Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD)**. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/procad> >. Acesso em 08 mai. 2016.

GESTRADO. **Proletarização de professores** (relatório). Disponível em: < <http://www.gestrado.net.br/pdf/350.pdf> >. Acesso em 08 mai. 2016.

HIRO, Cássio Diniz. Educação, trabalho e proletarização: o professor enquanto trabalhador docente. In: **Revista Espaço Acadêmico**. v. 13, n. 144, abr./2017.

LOURO, G. Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação. In: CATANI, D. et al. (Org.). **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

MANZATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Disponível em: < http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIO_S_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf >. Acesso em 05 de mai. 2016.

PROJETO de Cooperação Acadêmica Interinstitucional. **Leitura nas licenciaturas: espaços, materialidades e contextos na formação docente.** Marília, Passo Fundo, Presidente Prudente, Vitória: 2013 (mimeo).